Alexandre Ávalo Santana
Rodrigo Santos Masset Lacombe
Coordenadores

Humberto Ávila
Prefácio

Novo CPC e o PROCESSO TRIBUTÁRIO

Impactos da nova lei processual

Alexandre Ávalo Santana
Alexandre Janólio Isidoro Silva
Alexandre Melo Franco Bahia
Allan Titonelli Nunes
Ana Paula Duarte Ferreira
André Luiz Maluf de Araujo
Cassiano Garcia Rodrigues
Claudio Carneiro
Dierle Nunes
Fábio Jun Capucho
Felipe Kertesz Renault Pinto
Fernando Rubin
Gisele Leite
Guilherme Frederico Figueiredo Castro
Gustavo da Gama Vital de Oliveira
Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr.
Leonardo Avelino Duarte
Leonardo Furtado Loubet
Luiz Felipe Ferreira dos Santos
Marcelo Barbosa Alves Vieira
Marco A. Ribas Pissurno
Marcos de Araújo Cavalcanti
Maurício Ferreira Cunha
Michel Hernane Noronha Pires
Nayron Divino Toledo Malheiros
Paulo Henrique dos Santos Lucon
Renato Pessoa Manucci
Rennan Faria Krüger Thamay
Rodolfo Kronemberg Hartmann
Rodrigo Santos Masset Lacombe
Rommel Andriotti
Sabrina Dourado
Tárek Moysés Moussallem
Tiago Bana Franco
Ulisses Schwarz Viana
Yuri de Oliveira Dantas Silva

Inclui: Processo Administrativo, Judicial e Fazenda Pública

EDITORA Contemplar

Resumo de Novo CPC e o Processo Tributário. Impactos da Nova Lei Processual

No dia 18 de março de 2016 o Novo Código de Processo Civil entrou em vigor, trazendo consigo desafios hercúleos, inicialmente porque todo novo diploma legal traz em si o desafio da exegese ao hermeneuta.

Nesse contexto surge a presente obra "Novo CPC e o Processo Tributário: impactos da nova lei processual", a qual apresenta as principais discussões acerca da temática proposta. A propósito, o novo sistema processual brasileiro difere muito do anterior, seja pelo contexto democrático em que surge, pela organização estrutural, pelas novidades e alterações, mas, principalmente, pelo espírito e pelo viés principiológico, aferível a partir da clara influência constitucional do Novo CPC, inclusive declarada expressamente já em seu artigo 1º.

Entre outras tantas inovações do novo diploma, destaca-se sua aplicação subsidiária e supletiva aos processos eleitoral, trabalhista e administrativo, explicitada na norma de conectividade contida no artigo 15, a qual serve de sustentáculo para diversos impactos do Novo CPC no Processo tributário, conforme se verifica pelos capítulos que compõem este livro.

É sabido que a aplicação subsidiária não é novidade no sistema jurídico pátrio, a exemplo da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro em seu artigo 4º, bem como do CPC anterior, em seu artigo 126.

Acesse aqui a versão completa deste livro